

## Termo de Notificação - TN

Processo:	PCSB/CSB/0014/2024
Nome da Fiscalização:	AF Eventual do SAA de Hidrolândia e Loc. de Irajá
Relatório de fiscalização:	Este termo de notificação não possui código do relatório de fiscalização.

### 1. Identificação do Órgão Fiscalizador

Nome:	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.
Endereço:	Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza
Telefone:	(85) 3194-5605

### 2. Identificação do Notificado

Nome:	CAGECE
CNPJ:	07040108000157
Responsável:	Neurisângelo Cavalcante de Freitas
Qualificação:	Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
Endereço:	Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE

### 3. Descrição dos Fatos Apurados

Determinação:	D2 (RF/CSB/016/2024)
Constatações:	<p>- Os monitoramentos contínuos realizados pela CAGECE nas redes de distribuição do SAA da Sede de Hidrolândia e da Localidade de Irajá, por meio das Estações Piezométricas, apresentaram descontinuidade no abastecimento nas seguintes EPZ's:</p> <p>&gt; EPZ nº 034756 (Sede) - localizada na Rua Antônio Cid. de Sousa, QD 228, no período de jan/2024 a mai/2024, apresentou nos registros de pressões, respectivamente, 58,20%, 69,85%, 77,55%, 66,74% e 84,91% de descontinuidade no abastecimento, o que representa 60,30% do período analisado.</p> <p>&gt; EPZ nº 044425 (Sede) - Localizada na Rua Mesquita Pereira, s/n, no período de dez/2023 a mai/2024, apresentou nos registros de pressões, respectivamente, 42,98%, 5,41%, 17,24%, 41,50%, 8,61% e 23,76% de descontinuidade no abastecimento o que representa 23,90% do período analisado.</p> <p>- Outrossim, a análise do Relatório de Detalhamento de Ocorrências Operacionais, relativo ao período de jul/2023 a mai/2024, apontou que o SAA de Hidrolândia opera com paralisações que afetam a continuidade do abastecimento. De fato, durante o período mencionado, foram registradas 28 interrupções, com destaque para 10 por motivos de intermitência contínua, 3 manobras, 13 paralisações emergenciais e 2 paralisações por manutenção programada. Dentre as ocorrências, destacam-se os meses de dez/2023, mar/2024, abr/2024 e mai/2024, que apresentaram, nessa ordem, médias de 2.195, 2.408, 2.609 e 3.649 de ligações impactadas.</p> <p>- Segundo o Relatório de Reclamações de Hidrolândia, referente ao período de junho/2023 a maio/2024, foram registradas 221 reclamações de falta de água e Falta de água e/ou baixa pressão com ocorrência, das quais 187 apresentaram laudos procedentes e não informado o que equivale a 84,62% do total dos registros, o que corrobora com a afirmativa de descontinuidade no SAA da Sede de Hidrolândia.</p>
Orientação:	A CAGECE não deve interromper indevidamente a prestação dos serviços e deve restabelecer o serviço quando exigido pela legislação, visando corrigir as

Constatações:	não conformidades verificadas na constatação C2.
Prazo (dias):	90
Fundamento Legal:	<p>Art.122 da Res.130/2010 da ARCE - O prestador de serviços assegurará o serviço de fornecimento de água de forma contínua, sem interrupções decorrentes de deficiência nos sistemas ou capacidade inadequada, garantindo sua disponibilidade durante as vinte e quatro horas do dia.</p> <p>-</p> <p>Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.</p> <p>-</p> <p>Art.154 da Res. nº 130/2010 da ARCE - O prestador de serviços é responsável pela prestação de serviços adequada a todos os usuários, satisfazendo as condições de regularidade, generalidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, modicidade das tarifas, cortesia na prestação do serviço, e informações para a defesa de interesses individuais e coletivos.</p> <p>§1º - Para os fins previstos no caput deste artigo, considera-se:</p> <p>I - regularidade - a prestação dos serviços em padrões satisfatórios de quantidade e qualidade e demais condições estabelecidas no termo de delegação e em outras normas técnicas pertinentes;</p> <p>II - continuidade - a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços e de sua oferta a população;</p> <p>III - eficiência - a execução dos serviços de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no termo de delegação e nas normas técnicas pertinentes;</p> <p>IV - segurança - a execução dos serviços sem causar prejuízos materiais ou pessoais a usuários e/ou terceiros, bem como a garantia de qualidade e continuidade do serviço prestado;</p> <p>V - atualidade - modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, com incorporação de inovações tecnológicas que assegurem a melhoria e expansão dos serviços na medida da necessidade dos usuários e visando cumprir plenamente com os objetivos e metas estabelecidas;</p> <p>VI - generalidade - universalidade da prestação dos serviços, ou seja, serviços públicos de saneamento básico prestados a todos as categorias de usuários;</p> <p>VII - cortesia na prestação dos serviços - tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e solicitação de esclarecimentos e serviços;</p> <p>VIII - modicidade - a justa correlação entre os encargos da delegação, a remuneração do prestador de serviços e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários.</p> <p>§2º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a suspensão do abastecimento efetuada por motivo de manutenção e nos termos dos arts.78 e 79 desta Resolução.</p> <p>-</p> <p>Art. 2º da Res. nº 130/2010 da ARCE - Compete ao prestador de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos municípios sob sua responsabilidade, o planejamento, a execução das obras e instalações, a operação e manutenção dos serviços de captação, transporte, tratamento, reservação e distribuição de água, e o esgotamento, tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, a medição dos consumos, o faturamento, a</p>

**Constatações:**

Fundamento Legal:	cobrança e arrecadação de valores e monitoramento operacional de seus serviços, nos termos desta Resolução, observados os contratos de concessão e de programa de cada município.
Infrações:	01.03 - Interrupção dos serviços - Interromper indevidamente a prestação dos serviços ou não restabelecer o serviço quando exigido pela legislação.

**4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado**

O notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador da CSB.

**5. Representante do Órgão Fiscalizador**

Nome:	Alceu de Castro Galvão Junior	
Cargo/Função:	Analista Regulação	Matrícula: 047-1-5
Lotação:	Coordenadoria de Saneamento	

Fortaleza, 31/07/2024	Assinatura:
Recebido em: ___/___/___	
Por _____	
Identificação	Assinatura _____